

Manaus da Belle Époque: um cotidiano em tensão.
A Utopia da Modernidade na Cidade Disciplinar, 1890 – 1920

Paulo Marreiro dos Santos Júnior

Doutorando em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
e-mail: paulomarreiro@hotmail.com

A modernidade em Manaus não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração.
Edinea M. Dias ¹.

Resumo

A Manaus da Belle Époque: um cotidiano em tensão. A Utopia da Modernidade na Cidade Disciplinar, 1890 – 1920, acerca-se das estratégias de sobrevivência e o cotidiano dos populares de Manaus no período da *Belle Époque*, período de transformação urbanística e arquitetônica da cidade, alicerçada na economia da borracha.

O artigo foi traçado para evidenciar um processo histórico dinâmico e múltiplo, traçando perfis das relações de convivência que envolveram problemas da cidade.

Palavras-chave

Cidade, modernidade, controle.

Abstract

The Belle Époque of Manaus: routine in tension. The utopia of modernity in discipline city., about itself strategies of survival and the routine one of the people of Manaus in the period of the Belle Époque, period of urbanistic and architectural transformation and of the city consolidated in the economy of the rubber boom.

The article was drawn to show up a dynamic and multiple process, drawing profiles of the relationship of that involved problems of the city.

O ensaio aborda as estratégias de sobrevivência e o cotidiano popular envoltos em imposições culturais, regulamentares e de convivência no dinamismo de suas relações com as elites e autoridades no período da *Belle Époque* de Manaus, no processo de transformação urbanística e arquitetônica, sob os alicerces da economia da borracha.

Pretende-se, para além de uma mudança histórico-social, reforçar a necessidade de se produzir conhecimentos diferenciados de parte da tradição historiográfica amazonense, engrossando a fileira de pesquisas que produzem uma História à contra-pélo ².

Opõe-se ao imaginário que mistifica e unilateraliza o ufanismo da Manaus da Borracha, vendendo-a como ausente de contrastes, sem tensões, sem pobreza. Sugere-se uma revisão historiográfica, produzindo outras histórias ³.

Através de uma análise revisada e redimensionada do processo histórico de Manaus, pode-se questionar que o ufanismo da *Belle Époque*⁴ manauara. Assim, evidenciando um cotidiano muito diferente do vivido pelas classes populares da cidade, esquecidas pela História.

Dessa forma, práticas populares serão abordadas aqui em um momento que eram vistas pelas autoridades manauaras como ilícitas e ações criminosas, condenadas pelos códigos normativos, criminalizadas⁵ por pedagogias e ideais que buscavam transformar hábitos e costumes, ações que, para muitos cidadãos, eram corriqueiras e usuais. Assim, evidenciando estratégias de controle, vigilância e contenção a segmentos sociais populares, uma vez que territórios que passavam pelo processo de transformação urbana tornaram-se espaços de disputa.

Buscando tais fins, cabe questionar os sentidos, a disseminação e o imaginário dos ideais de modernidade e na sua extensão, civilidade levados a cabo pela Manaus da *Belle Époque*, tendo na Europa Ocidental a referência como centro irradiador de idéias e padrões, entendida por autoridades e elites como referencial a ser seguido, percebendo nas adaptações selecionadas às necessidades de

suas elites o que era importante a uma europeização da cidade.

A virada do século XIX para o XX apresentou-se para Manaus com vigor, poder e espírito expansionista sem precedentes na história da cidade, esta se transformou em promotora de signos de ostentação, grandiosidade, monumentalidades, mas também repressão, controle, vigilância. A economia gomífera⁶ semeou possibilidades de reconfigurações que deixaram suas marcas como signos de um período. Signos esses filtrados pelas elites e idealizadores para a reestruturação da cidade sob referenciais, em boa medida, europeus.

Para boa parte dos membros das elites locais, a Europa era o centro irradiador de idéias e valores, entendida por vários segmentos como ideal a ser seguido, influenciando o auto-metamorfoseamento.

As mudanças urbanísticas ocorridas em Manaus na última década do século XIX têm sido identificadas somente como produtos, recursos e necessidades advindas da economia gomífera e de feitos de dirigentes locais. Mas se deve lembrar que o processo de remodelamento que ocupou Manaus fazia também parte de um contexto de urbanização de cidades brasileiras.

O período de remodelação de Manaus trouxe novos olhares sobre a cidade, uma redefinição da identidade e representações diferenciadas dos outros espaços por parte de seus próprios habitantes, especialmente suas autoridades e elites. A *Belle Époque* manauara passou a ser representada por segmentos da sociedade local como a Manaus moderna e civilizada .

Mas até que ponto os ideais em questão como outros influenciaram, foram influenciados e reelaborados no cotidiano da cidade. Em que medidas segmentos sociais especialmente populares vivenciaram esse processo sendo eles vistos como contrastantes do ufanismo de uma cidade que se considerava moderna e civilizada, e quais os significados e efeitos de normatizações que buscavam incutir a *modernidade e civilização*⁷ aos pobres urbanos quando esses exteriorizavam práticas culturais diferenciadas das estabelecidas.

Para tanto, torna-se significativo iluminar o período áureo da borracha visto que foi a partir desse momento que ideais como modernidade e civilidade passam a se tornar mais presentes no vocabulário de autoridades, no senso das elites e autoridades locais e na percepção de seus cidadãos.

Foi, na última década do século XIX, que grandes obras públicas foram erigidas, com a implantação de medidas que eram consideradas civilizadoras e modernizantes. Foi nesse momento que a sociedade local, ou pelo menos suas elites, iniciaram uma identificação própria vista como representação da *Belle Époque*, enaltecendo a cidade de forma ufanística e objetivando suas sincronias com o que era avaliado como moderno e civilizado em eixos do sudeste e de fora do país. Foi com a imagem de prédios que se tornaram emblemáticos, na ocasião da transformação da cidade, que Manaus ficou conhecida como *Paris das Selvas*⁸.

A capital crescia na virada dos séculos XIX e XX. A população de cerca de 29.000 habitantes em 1872 passou para 61.000 em 1900. A agitação ligada à circulação de passageiros e de mercadorias no porto evidenciava o seu dinamismo. Com a reestruturação urbana e com a pujança da economia gomífera passaram a viver na capital não só as elites agro-exportadoras, mas grandes negociantes, técnicos, profissionais diversos e uma gama de trabalhadores que exerciam suas atividades na cidade que se expandia.

As transformações empreendidas no final do século XIX em Manaus objetivavam, além da remodelação e ampliação dos espaços públicos e implantação de inovações na dinâmica do espaço urbano, a consolidação de um outro tipo de sociabilidade, que estava identificada com o padrão que estabelecia a vida moderna e cosmopolita, ou seja, o perfil dos habitantes da cidade deveria estar condizente com a nova postura que tinha a cidade: uma vida urbana estabelecida sob uma nova ordem.

Foi sob a ótica da construção de ideais que se torna imperativo destacar e compreender o grau de relevância dos signos que representavam modernidade e civilização erigidos na cidade.

Foram espaços permeados de simbolismos que se configuraram nas relações de sociabilidade das elites, mas que se tornaram híbridos pela presença, pela permanência e circulação de segmentos sociais variados que compunham a cidade.

Como signo de espaço moderno foi eleita a Avenida Eduardo Ribeiro, construída no período de gestão do governador que a batizou com o seu próprio nome. A Avenida pode ser considerada a

coluna dorsal da cidade moderna ⁹.

No início do período republicano, Manaus não tinha avenidas com a monumentalidade que exigia o modelo das ditas cidades modernas. Pelo contrário, a maioria das ruas da cidade era irregular. As ruas principais eram estreitas, onduladas e cortadas por igarapés. A avenida Eduardo Ribeiro foi construída buscando a concepção haussmanniana de cidade: largas avenidas, praças e serviços urbanos.¹⁰ Pelo menos era a intenção que se predispunha o projeto.

A Av. Eduardo Ribeiro tinha sua constituição larga, possibilitando a passagem de trilhos de bondes. Nessa Avenida, estabeleceram-se vários estabelecimentos comerciais com o que era considerado mais inovador e sofisticado. Foram constituídas também confeitarias, lojas de vestuários da moda, restaurantes e bares direcionados às elites que circulavam pelas largas calçadas.

Casas comerciais, como a Canto das Novidades, O Novo Mundo, Armazém e Ferragens, a Braga Muller & C entre outros estabelecimentos faziam parte da avenida. Fidanza, responsável pelo *Álbum do Amazonas* de 1902, publicou fotografias da Avenida já concluída e afirmava que nela ficavam localizados os principais estabelecimentos da capital, com certeza os mais elegantes, tais como armazéns de moda e de exposição e vendas de objetos de Arte, ateliês de modistas e de alfaiates, inúmeros hotéis e restaurantes dos quais eram muito espaçosos e montados com luxo verdadeiramente europeu ¹¹.

O largo calçamento era destinado não somente a ida e vinda de transeuntes, mas também para passeios regulares, os bancos dispostos no calçamento e voltados para a Avenida exerciam a função de contemplação do seu interior, a arborização do calçamento sugere uma tentativa de adaptação dos jardins da Avenida Liberdade em Lisboa, como indica o jornal *A Federação*, em 17 de fevereiro de 1900. Esse jornal ressalta o embelezamento da cidade e os melhoramentos feitos à Avenida com o ajardinamento, tornando-a a rua mais pitoresca e aprazível de todas as cidades do Brasil ¹².

O calçamento ou *passeio*, como dito na época, servia também como prolongamento para botequins e mercearias muito freqüentadas, dispendo suas mesinhas e encenando a aparência de um boulevard.

Esses ambientes eram distintos mediante a classe de seus freqüentadores, uns eram direcionados para senhores considerados de bom gosto, como os transeuntes de paletó que caminham pela Avenida. Outros botequins e mercearias eram freqüentados por populares, como os trabalhadores que levam, trazem mercadorias e oferecem serviços.

Segundo o jornalista carioca Aníbal Amorim em 1909, na Av. Eduardo Ribeiro se encontravam instaladas as principais casas comerciais e redações dos jornais. À noite o movimento era intenso, com os *passeios* cobertos de mesas para se servir sorvetes e bebidas. Notava-se ainda a intensa corrente de automóveis, carruagens descobertas e de tramways elétricos pela grande artéria ¹³, como destaca a imagem no canto inferior direito pelo fluxo de bolieiros (charreteiros) à espera de fregueses.

No espaço da Avenida, considerado moderno, territorialidades eram edificadas por segmentos endinheirados pela economia gomífera. Os largos calçamentos eram passarelas para a exteriorização de hábitos próprios das elites, práticas de um período em que estavam em efervescência: costumes afrancesados ou/e para *inglês ver*.

Eram ambientes para encenações da vida sob a égide da Avenida como cenário, nessa, as roupas deveriam estampar o fino trato e as posturas teatralizariam a sutileza das ações.

No entanto, o mesmo espaço de circulação e convivência das elites era também o de movimento de populares, muitas vezes prestando serviços, trabalhando e morando ocultamente ou de improviso¹⁴, locus de tensões entre segmentos sociais e autoridades:

Na avenida Eduardo Ribeiro, hontem, às 6 horas da tarde, dois valientes fizeram diabruras. Eram os incorregíveis José Domingos e Manoel Cerqueira de Carvalho que foram por um agente conduzidos ao palácio de grades da rua Joaquim Sarmiento ¹⁵.

A Av. Eduardo Ribeiro era também o espaço de lazer popular (em ambientes incrustados nos meandros da Avenida) e não só das elites, mas também da mesma forma era área de passagem de

migrantes nem sempre vistos com bons olhos que entravam e saíam da capital, pois ela era a ligação principal entre o centro da cidade e seu outro ícone de propagação de sua pretensa modernidade: seu porto flutuante.

O porto de Manaus tinha importância significativa para a cidade, tornando-se um de seus ícones eleitos. Do interior e de outros estados, os visitantes chegavam à cidade através de seu porto, como também era nesse espaço que era centrado, em maior medida, o comércio regional gomífero. Essa perspectiva econômica para a capital possibilitou uma nova configuração para Manaus: a de entreposto comercial, sendo através do porto a primeira conexão de Manaus com o mundo. Foi objetivando atender a tais funções e suas necessidades de expansão da economia da borracha que se fez necessário incrementar a cidade com uma base portuária.

Dessa forma, foi realizado um contrato, em 8 de setembro de 1902, com uma firma inglesa a Manáos Harbour Limited que construiu e explorou o porto de Manaus. A essa firma cabia a incumbência de erigir um porto moderno, condizente com os problemas topográficos locais e sofisticadamente equipado.

Além de um espaço funcional, o porto passou a ser visto como símbolo da concretização da modernidade e civilização na cidade que se orgulhava de adotar tais ideais, era visto como espaço privilegiado, onde a cidade abria-se para o que o mundo tinha a oferecer de mais moderno e progressista.

Logo, Manaus exaltava-se pela sua trajetória rumo ao progresso, pois

(...) a magnitude das obras previstas para o porto de Manaus, constituía um empreendimento extremamente caro e arrojado para os padrões da época. Seus dois cais flutuantes cuja tecnologia inglesa posta em prática anteriormente em Sidney (Austrália) domavam o grande rio, superando a dificuldade de ancoragem de navios de grande calado, principalmente na época da vazante. Esta possibilidade de tornar irrelevante para a atracação de grandes navios a variação anual das águas do rio Negro, que em média ultrapassa a marca de 15 metros, foi sempre exaltada como um grande feito tecnológico, emblema de um estado de progresso, onde a civilização amesquinhava e anulava a força da natureza ¹⁶.

Era do porto que o viajante tinha uma maior representação, quando chegava a Manaus, dos seus ícones erigidos em nome da modernidade e da civilização: o Teatro Amazonas, a Igreja da Matriz, a Alfândega, entre outras obras.

Ao chegar ao porto, o viajante percebia a ocidentalidade. As construções oferecidas, à primeira vista, simbolizavam a civilização em meio à selva.

Uma dessas construções era a igreja da Matriz, que se destaca no alto de uma colina, dominando a paisagem, um edifício de porte avantajado e aparentemente de sólida construção para a cidade, atraindo o olhar de quem chega ao porto por ser um prédio imponente e por ser a máxima representação da cristandade¹⁷.

Com praticamente os mesmos objetivos, o Teatro Amazonas era uma das principais visões do viajante que chega ao porto. A intencionalidade de construir o Teatro em um local de destaque fica visível por ser a construção mais alta da cidade. A cúpula do Teatro riscava o céu e revelava que ali havia progresso transformando costumes e tradições da época, abrandando a insegurança e incivilidade que a selva, no entorno da cidade, poderia representar.

As torres da igreja de São Sebastião, participando do conjunto do largo de São Sebastião, do qual fazia parte, o Teatro, a igreja e o monumento em homenagem à abertura dos portos às nações amigas.

À esquerda da igreja da Matriz, o viajante se depara com as imponentes Casas Aviadoras, representantes do comércio gomífero e outras casas comerciais de importação e exportação.

Essas casas comerciais, na porta e no porto da cidade, significavam o desenvolvimento e a capacidade econômica da região, possibilitando visualizar a cena como um cadinho do potencial e das oportunidades que a cidade oferecia, atenuando o estranhamento de imigrantes.

Principalmente as elites e autoridades, enalteciam-se pela nova configuração da cidade e pela vivência de um estilo de vida tido como refinado. Mas, em maior medida, orgulhavam-se de seu

porto, considerado moderno para os padrões portuários da época¹⁸, e tendo no seu ancoradouro de forma regular navios estrangeiros com suas linhas para Nova Iorque, Manchester, Havre ou Liverpool.

Assim, o porto passou a ser um dos espaços privilegiados da cidade no processo de metamorfoseamento, servindo de ambiente para passeios dominicais das elites de Manaus que se viam modernas e civilizadas e em sincronia com um espaço que foi erigido sob os auspícios de tais ideais, como para atender às necessidades práticas da cidade e do comércio gomífero.

No cotidiano portuário da cidade de Manaus, transeuntes passavam despercebidos das elites locais que traziam sobre si a atenção no olhar.

Vestidas em gases, leves musselinas brancas com chapéus e sombrinhas rendadas, acompanhadas respeitosa por seus maridos (perfeitos cavalheiros em linho branco engomado) as senhoras seguiam, após assistirem missa na Matriz, em lenta caminhada como que para fazer aquele instante durar à rampa do porto, para acenar aos navios que partiam ou receber as novidades dos que chegavam.¹⁹

Como um palco ornado para os espetáculos de novidades trazidas pela modernidade, o porto atraiu visitação pública que ia contemplar vapores que chegavam do estrangeiro.

O porto era a porta de entrada de tudo que significava moderno, o desembarque dos vapores representava a chegada de novas modas, hábitos, costumes, notícias, era a ponte de ligação com o ocidente e com a europeização.

Os transeuntes localizados na plataforma contemplavam o Lloyd no momento de seu desembarque, olhos atentos fixam também sobre seus passageiros, sobre suas roupas, ornamentos, estilos. Buscam-se descontração, novidades, acontecimentos sociais e principalmente alguma personalidade de destaque que poderia estar entre os passageiros no embarque/desembarque ou transitando pelo porto em um passeio dominical.

Havia a presença de segmentos que, para as elites e autoridades, deveriam estar passíveis de normatização, principalmente em relação aos seus hábitos e costumes considerados *rústicos e primitivos*. O porto foi o espaço não só do trânsito de produtos, mas também de pessoas, ambiente que abrangia a dicotomia ordem/desordem, lugar de presença popular às vezes vista como inoportuna ou mesmo perigosa.

O cosinheiro Manoel Severo Bomfim, numa irrefreável expansão da cachaça, que havia ingerido, tentou hontem espancar a quantos transitavam pelo *roadway* da *Manáos harbour*.*

Em tempo, porém, foi esse ferrabraz socorrido pelo agente Medeiros, que por ali passava, e que o levou para a primeira delegacia, onde o melro ficou detido.

Outros dois de igual jaez do precedente também foram lhe fazer companhia no xadrez da primeira, são elles os italianos Raphael Montezan e Vicente Massaferrero, desordeiros de marca.²⁰

O comportamento dos *ferrabrazes*, apontado na crônica policial, destoava das posturas exigidas em uma Manaus que pretendia estar na órbita das cidades modernas e civilizadas. Qual o grau de *desordem* empreendido pelos acusados para que recebessem o estereótipo de desordeiros? Referindo-se a Manoel Severo Bomfim, o redator denota um certo comportamento agressivo a *espancar a quantos transitavam*, que foi uma leitura sobre uma certa ação que não pode ser encarada de forma literal. Porém, a Raphael Montezan e Vicente Massaferrero nenhuma acusação específica foi apontada pelo redator.

Quais comportamentos dissonantes dos costumes hegemônicos gerariam a prisão? Porém, do ponto de vista dos ideais de modernidade e civilidade e que legitimavam todo um momento de glamour das elites, práticas populares de sociabilidade que estavam fora dos padrões estabelecidos de comportamento e relacionamento geravam representações e leituras estereotipadas, sujeitando tais ações populares a penas ou sanções.

No processo de transformação da cidade, autoridades preocupavam-se em resolver problemas cotidianos reclamados pela população. Mas também se importavam em noticiar, através de suas obras, um teor de civilidade e modernidade relacionando esses ideais a espaços simbólicos como também ao consumo de bens que representavam semelhanças utópicas de Manaus aos centros urbanos que se tornaram referência de urbanidade, como algumas cidades européias²¹.

As praças remodeladas da cidade eram alguns dos *espaços simbólicos* que representavam, para segmentos específicos, o pitoresco da vida moderna e civilizada na convivência das áreas centrais da Manaus da Borracha. Tendo, nesses locais aprazíveis, o ambiente de encontro de famílias e cidadãos que apreciavam

aos domingos, quintas-feiras e dias feriados, uma das magníficas bandas do Regimento Militar do Estado executa, das 6 às 9 horas da noite, (...) escolhido programa, que chama ao pequeno mas elegante jardimzinho grande concorrência de público.²²

Porém, nem todos na cidade possuíam hábitos e satisfações semelhantes pelo viés unilateralista das elites e autoridades. A Manaus da Borracha, como qualquer outra cidade, foi um cenário de ações, que atingiam e modelavam o cotidiano. Os espaços da Manaus da Borracha caracterizavam-se como um império fervilhante de signos e linguagens. Cada ambiente possuindo representações diferenciadas, denotadas por agentes sociais que possuíam pressupostos culturais distintos.

Alguns espaços privilegiados da cidade, eleitos como signos da modernidade, eram selecionados nas suas características para usos de forma múltipla pela multiplicidade de segmentos e experiências de vida. As praças, que para uns eram o ambiente propício para a apresentação e contemplação das *magníficas bandas do Regimento Militar do Estado*, para outros eram espaços para usufrutos diferenciados. Constituíram-se representações múltiplas que se inferem de forma subjetiva, era a percepção de outras funcionalidades para o mesmo ambiente:

O foguista Virgílio Gomes de Mattos, hontem as primeiras horas da noite, sendo encontrado a dar escândalos com a mucama Adelaide Roza, n um recanto das proximidades da praça Tamandaré, foi ahi nesse idyllo agarrado e conduzido com a sua Eva para o xadrez da 1º delegacia onde ficaram detidos pelo inspector Guaycurus²³.

Para Virgílio e Adelaide Roza, a praça Tamandaré, ou pelo menos *n um recanto das proximidades da praça*, possuía uma função que não era compartilhada pelas autoridades públicas.

As normatizações nas relações de sociabilidade transcendiam práticas que eram plenamente corriqueiras para maioria da população. Porém, vistas como ofensa ao alheio, agressão à moral e causando desconforto a outros personagens sociais, que entre esses estavam membros de grupos socialmente encastelados, possuindo o poder de mando e portanto o poder de sanção. Há de se ressaltar que tais grupos sociais na Manaus da Borracha estavam também imbuídos de ideais, exercendo seu poder de pressão sob conjunto de razões ligadas aos ideais em questão, objetivando conter hábitos considerados primitivos e rústicos.

Logo, as praças da Manaus da Borracha e seus usos, como outros espaços públicos, deveriam estar em sincronia com o projeto normatizador na sua tentativa de estabelecimento, pretendiam-se sanções que, por sua vez, eram elaboradas para esboçar as vontades e aspirações da modernidade.

Nas praças ainda eram proibidos outros modelos de espetáculos, como atribui o regulamento pelo qual se devia se pautar o Prefeito de Polícia para agir repressivamente:

Proibir os espetáculos públicos que se levem a efeitos nas ruas e praças* dos quais possam resultar desastres e ameaçar perigos para o publico e presidir o ensaio geral das peças, pantomimas, levados etc. Que tem que ser exibidos em teatros públicos mediante a entrada paga ou não, visando os originais e proibindo sua exibição quando ofenderem os representantes do poder publico, a moral e os bons costumes e possam provocar a pertur-

bação da ordem, etc, etc, etc²⁴.

Outro símbolo da modernidade que realimentava o ideal de uma Manaus moderna eram os bondes. No ano de 1894, os bondes foram instalados, sendo realizados seus serviços pela empresa inglesa *Manaus Tramways Ltd*. O cotidiano dos espaços centrais da cidade passou a ter mais um ícone que representava sofisticação. Os bondes também representavam um outro ritmo dado à cidade, um ritmo mais veloz, intenso²⁵.

Era o uso de um serviço carregado de simbolismos, um deles era servir as elites que se dirigiam ao Teatro Amazonas, nos anos 1900, ou como objeto de descontração dominical nos passeios até a igreja da Matriz²⁶.

No entanto, os bondes não possuíam funções meramente diletantes, conduziam idas e vindas para o trabalho, com a presença não só das elites, mas também de segmentos populares. Como em outras figuras alegóricas da modernidade manauara, nos bondes eram estabelecidos padrões de comportamento social, posturas que, em outros períodos e espaços, não se tornariam impositivos e as práticas de contrariedade a tais posturas passariam talvez despercebidas.

A autoridade de permanência na 2º delegacia teve conhecimento do seguinte facto, ocorrido hontem, ás 5 horas da tarde: Viajava no bond n. 27 da linha de Flores o individuo Jose de Lima que, embriagado dirigia palavras obscenas, não obstante viajarem no mesmo carro diversas senhoras.

O desabusado individuo, como fosse reprehendido, dirigiu-se em phrases injuriosas aos conductores de chapas 11 e 29, sendo necessário que estes usassem da força physica para fazer callar a Jose de Lima que, para livrar-se do *ensino* que lhes dava os conductores, saltou do carro com este em movimento, vindo a fazer um ligeiro ferimento na cabeça.

Levado á presença da autoridade na mesma delegacia, foi mandado recolher a Santa Casa de Misericórdia, com a competente guia de indigência.

Os conductores que se chamam Francisco Ignácio e Manoel Rabello foram detidos para averiguações, sendo depois postos em liberdade.²⁷

A linha de Flores equivalente à nota acima era eminentemente popular, Flores era o mais distante arrabalde da cidade. Essa linha tinha como característica ser formada por bondes de carga e eram rotas que embora usadas por passageiros tinham função de deslocamento de mercadorias.²⁸

Logo, pressupõe-se que tanto o acusado quanto a maioria dos demais usuários eram populares. Busca-se compreender para quem representavam as verbalizações do acusado como *palavras obscenas*? Para os condutores que legitimamente seriam os defensores das convenções impostas ou demais usuários?

Considera-se que as *palavras obscenas* de José de Lima poderiam ser pouco ofensivas para algumas *senhoras* usuárias do bonde, como para outras poderiam ser entendidas como agressão à moral, ou até mesmo representariam cenas corriqueiras para os demais usuários. Pode-se observar que essas ações desarmônicas com a ordem social imposta não eram admitidas pelas autoridades, pelo menos no caso em questão.

Em outros momentos e espaços, o *desabusado* poderia ser motivo de escárnio e de pilhérias ou de mera indiferença, até mesmo para autoridades. Mas, na Manaus da Borracha, a postura de José de Lima era vista como violação de conduta frente a normatizações sociais já inseridas no contexto social em maior escala para uns, em menor para outros levadas a rumo pelo momento da *Belle Époque*.

O Teatro Amazonas foi outro ícone da modernidade, espaço por excelência onde houve maior empenho na manutenção de posturas, expressando hábitos e comportamentos convencionados como civilizados. Obviamente que era um ambiente exclusivo das elites nascidas ou identificadas com a cidade e os representantes oficiais de países com os quais Manaus mantinha um intenso fluxo comercial.

Houve uma série de outros espaços e objetos materiais que representavam a materialidade da modernidade, exaltada pela Manaus da Borracha, e que não puderam ser iluminados neste trabalho.

Porém, acredita-se que os selecionados evidenciaram os objetivos dos dirigentes locais: trazer à cidade ares de modernidade.²⁹

De qualquer forma, gostos, consumo e ideais europeus penetraram na vida manauara, concebendo representações da cidade, expressa na afirmativa de que Manaus modernizara-se³⁰, uma suposta imagem de conquista da civilização.

No final do século XIX, já havia a auto-afirmação de cidade moderna pelas elites, resultando nas propagandas do Amazonas e de Manaus, principalmente por meio de exposições, que afirmava ao exterior e reafirmava às elites da cidade o potencial moderno e civilizado aí constituído.

(...) em 1897, o Barão de Santa-Anna Nery, notável divulgador do Amazonas e do Brasil na Europa e representante do país em muitas exposições universais, manifestava claramente sua opinião de que ali se exibissem não apenas as riquezas naturais, *os produtos já conhecidos de seus solos profundos* e que eram de mais notável apreensão pelo observador, como também suas conquistas como nações civilizadas e independentes³¹.

As exposições universais espaços publicitários que serviam para estabelecer relações econômicas e culturais internacionais tornaram-se também o lugar para enfatizar as conquistas rumo a ideais, como: progresso, modernização e civilização. Era imperativo evidenciar que existia nessas paragens não somente dádiva da natureza, mas também movimento dos espíritos que aproximava da civilização ocidental estes povos distantes.³²

A filtragem ou as reinterpretações das culturas européias pelas elites locais foi utilizada para produzir um dinamismo diferenciado do já existente na cidade. A dinâmica pós 1890 se deu no remodelamento da paisagem e do panorama, trazendo à tona outras percepções não só do ponto de vista arquitetônico, urbanístico e material, mas também do ponto de vista cultural, na constituição do habitante local.

O espírito de modernidade do início do século XX brilhou e impulsionou as autoridades da cidade, elites gomíferas e intelectuais, à busca pelo domínio sobre a natureza, resultando um vigor material degustado por poucos e pretendidos por muitos. O progresso ocidentalizado trouxe possibilidades inéditas: o vapor, a ferrovia, a urbanidade, a ciência aliada à saúde, entre outros. Contudo também trouxe tentativas de impor experiências conforme os padrões estabelecidos pelas elites, tudo em nome do caminho aparentemente inexorável a ser traçado para progresso.

Buscando estarem em sintonia com o ideal de progresso, as elites de Manaus procuravam moldar suas relações e convenções mediante pressupostos que possibilitassem o alcance de tal ideal. A própria idéia de modernidade adquiriu sentidos restritos para elites e autoridades locais. Uma das tensões culturais no cotidiano da cidade ocorria quando as mesmas convenções e relações sociais estabelecidas entre as elites eram postas como parâmetros para outros habitantes.

Compreender a corrida incessante por um ideal jamais atingido, realimentando interminavelmente os desejos de modernidade e que se renovavam a cada momento, foi compreender os múltiplos sentidos desse processo, que construíam perspectivas de futuro, mas com objetivos políticos no presente. Esse progresso idealizado foi eleito pelos grupos que se investiram de autoridade para ditar normas, convenções e modismo, mas não foram incorporados na sua totalidade por parcelas da sociedade, aceito em partes mediante os interesses de cada um ou tratado com indiferença e até com resistências. A ilusão de progresso, como a projeção de um futuro, constantemente renovada a partir de novos preceitos, é a gênese produtora do *turbilhão da vida moderna*³³.

As idéias de modernidade que atingiram a Manaus da *Belle Époque* eram por sua natureza ambíguas e contraditórias, pois esse ideal incorporado principalmente pelas elites se auto-depreciava. Aquilo que era considerado o símbolo da inovação aos poucos era destituído de brilho, caso a simbologia eleita fosse considerada obsoleta. A incompatibilidade entre o avanço do que se elegia como moderno e o que se projeta para a sociedade como padrão a ser cumprido provoca tensões, tornando a vida moderna uma meta nunca alcançada em sua plenitude. Eram criadas novas necessidades de consumo, físicas e sensoriais que se renovavam, transformando o cotidiano numa corrida constante em busca da sintonia com os referenciais modernos, em constante mutação.

A busca pela modernidade baseou-se inicialmente na transmissão de um ideal cultural. No que tange a essa afirmativa, o valor da (disseminação) da modernidade não está localizado, a priori, no fato passivo de um acontecimento ou idéia de uma época do progresso, da civilidade, da lei mas tem de ser negociado no interior do poder enunciativo do discurso³⁴, quer dizer, o ideal proveniente das sociedades modernas sugere a consolidação de regras, dirigidas a toda a sociedade e simbolizam a força de um modo de vida. A modernidade para a Manaus da Borracha emergiu com a pretensão de cisão com tudo que era considerado desconectado das posturas e práticas eleitas como referências de modernidade e civilidade. Foi a procura pela consistência de um discurso que objetivou projetar sobre a sociedade principalmente populares o lapso com práticas de vida cotidiana consideradas pelas elites e autoridade como anticivilizadas, ao mesmo tempo um questionamento contínuo das condições da existência, tornando problemático seu próprio discurso não apenas como idéias, mas como posição e status do lócus do enunciado social³⁵.

Torna-se perceptível a reflexão posta acima quando se analisa Manaus de acordo com o Código de Posturas do Município de 1910, no qual ficava proibido cobrir casas com palhas, por ser *insalubre e feio* 36. Habitar em casas, nos moldes arquitetônicos modernos, com separação de cômodos, obedecendo a ditames sanitários na periferia urbana ou no perímetro da cidade já era uma inovação imposta pela vida moderna onde antes eram edificadas predominantemente ocas, principalmente na área suburbana. O uso de roupas francesas ou afrancesadas era prova do refinado *bom gosto*, de requinte, roupas consideradas comuns ou em sintonia com a estética popular comprovavam a *rudeza e primitivismo* de seu consumidor.

A vestimenta representava uma das forças da modernidade sobre o hábito milenar do nu ameríndio e sobre o habitante local que vestia somente o que acreditava ser necessário em um ambiente de calor abrasador.

A maioria dos manauaras suburbanos, mesmo com tecido sobre seus corpos e outras incorporações, era considerada *atrasada* (pelo ponto de vista da modernidade), *primitiva e rústica*, com preceitos morais desconexos com o que se exigia de uma cidade em remodelamento urbano, arquitetônico e social e por isso depreciada pela perspectiva *moderna* 37. Para a Manaus da *Belle Époque*, o belo e o rústico eram adjetivos mutáveis ao gosto das elites manauaras que filtravam da Europa o seu referencial.

O cotidiano das crônicas policiais revelava a prisão de populares pelo uso de trajes considerados inadequados pela perspectiva da moral, bons costumes e modernidade. Por estar possivelmente despedido da cintura para cima, prática necessária e utilizada por trabalhadores e carregadores das feiras e mercados, foi o personagem abaixo recambiado à cadeia:

A temperatura abafadiça de hontem, á tarde, actuou de tal maneira em Chrispim José do Nascimento, que, á plena luz meridiana, na feira da Cachoeirinha, quis por em acção o velho trajar do paraízo. Foi-lhe a fita estragada por um guarda, que o recambiou para o xadrez do primeiro districto³⁸.

Para as elites manauaras, aceitar a modernidade representava um recomeço ou um começo na História, coincidindo com o momento de fausto da borracha, deixando para trás os signos representativos da tapera, das estradas de barro, do teto de palha, do homem como elemento que interage com a natureza e não que a domina, era a ruptura com um passado depreciado.

As elites gomíferas e autoridades públicas acreditavam piamente que a incorporação do ideal de modernidade traria o futuro esperado, mesmo esse sendo pretensamente unilateral. Sob tais aspectos pode-se perceber a anexação de valores *modernos* inicialmente pelas elites e depois objetivando estender à sociedade manauara por via de Instituições e toda uma pedagogia elaborada para atender inúmeros interesses e necessidades, porque as instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto a seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais, e a seu impacto global³⁹. Essa interferência alterou radicalmente a vida cotidiana e afetou aspectos do cotidiano dos habitantes da cidade.

Para tais fins, ações de cunho repressivo ou tachações depreciativas eram realizadas por fiscais e

escolas, polícia, imprensa, por vários organismos institucionais que realizavam seus feitos objetivando o bem comum da sociedade.

O governador do estado, Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt questiona a necessidade da educação formal para que a sociedade conhecesse a lei e a ela obedecesse.

Como poderá o povo compreender o espírito da lei se lhe falta a educação necessária para esse fim?⁴⁰

Dessa feita, a escolaridade incentivada e depois obrigatória, a vigilância sobre os estudantes fugitivos das escolas, a depreciação ao trabalho ambulante, a repressão às diversões populares, a vigilância sobre esses mesmos populares, entre outras características do cotidiano citadino da Manaus da Borracha, faziam parte de todo um processo de aprendizado direcionado às categorias populares, que tinha por objetivo conter práticas vistas como instabilidade social. Tais *práticas* concretizaram-se nas atitudes diárias que fugiam à norma geral, não devendo ser entendidas como ações produzidas somente por populares, mas também por membros das elites, que da mesma forma, eram passíveis de repressão.

Torna-se enfático o título da matéria abaixo, dando a entender que o acusado fazia parte da elite social de Manaus por proferir que o mesmo era da moda, como também ressaltar que o acusado era um *atravessador bastante conhecido no Mercado publico*. Das inúmeras notas registradas somente esta parece ser de uma personalidade conhecida na sociedade amazonense e que tenha se envolvido em questões de desordem social.

Joaquim Bonifacio de Almeida, atravessador bastante conhecido no Mercado publico*, foi preso, hontem no bosque municipal, quando, armado de um reluzente pajehu, promovia desordens, desafiando os populares para uma lucta á arma branca.⁴¹

No que tange às instituições que às vezes propagavam normas alijadas ao glamour da modernidade difundida na cidade estava a composição temática de algumas crônicas policiais do Jornal do Comércio do Amazonas.

O Jornal do Comércio do Amazonas, entre outros, influenciou na aceitação e disseminação de estilos de vida concatenados aos ideais sobre parte da população leitora. As mensagens que o Jornal trazia, principalmente nas colunas policiais, eram carregadas de subjetividade do redator que, em boa medida, estavam antenadas com as das elites, convergentes com a linha editorial do periódico. A reproduzibilidade de mensagens estereotipadas e depreciativas formavam opiniões e causavam em boa parte da sociedade uma predisposição a aceitar e reproduzir posturas, formas de comportamento, enfim, padrões sociais, como evidencia as crônicas policiais:

Do recôndito do sertão cearense, atirado á proa de um cargueiro, aportou ás regiões amazônicas o Jose Caninana. Não sendo propriamente um finório, o Caninana também não era lá para que se diga nenhum trouxa.

Passaram-se os mezes, e tendo experimentado mil diversos meios de cavar a vida, não via desaparecer-lhe da pessoa aquelle aspecto caipira com que desembarcára na terra das farturas e das piracemas. Parecia-lhe mesmo que o actuara a influencia malefícosa de uma jettatura de que ouvira falar aos periódicos locaes. (...) ⁴²

Com expressões como: *caipira, influência malefícosa e jettatura* entre outras cotidianamente registradas nos *periódicos locaes* foi sendo criada uma mentalidade (não hegemônica) que se contrapunha a personagens enquadrados no noticiário. Quais seriam então os padrões socialmente aceitos? As senhoras de fina estirpe, com seus vestidos longos e ornamentados e seus maridos acompanhantes, ilustrados com seu fraque e cartola, ou seja, todos aqueles que transvertessem de uma conduta social *a lá* européia e moderna, dando uma aparente idéia de civilização.

Quanto aos jecas (de jettatura), deveriam ser levados a esquecer seus velhos hábitos, incorporando as pedagogias da urbanidade.

Assim, o sujeito histórico deveria identificar-se a um padrão. A lembrança e a prática de hábitos e costumes considerados rudes representavam a quebra da unidade sócio-comportamental pretendida, inibindo sentimentos de pertencimento⁴³. Lembrar velhos hábitos era estar próximo do seu antigo território cultural ou mesmo espacial, era a presença viva e constante de experiências e valores não aceitos nas territorialidades modernas. Logo, esquecer objetiva um colapso da identidade anterior ou/e a retenção de impulsos que faziam parte do conjunto cultural, um rompimento parcial com o lembrar que possibilitaria a mutação social.

Em sintonia com os ideais, as crônicas policiais impeliram muitos de seus leitores a criminalizações de práticas que até então faziam parte da cultura de habitantes da cidade. Não que os valores difundidos nas matérias jornalísticas tenham sido disseminados de forma deliberada objetivando alcançar um fim. Mas deve-se ressaltar que a redação das crônicas policiais estava inserida em um contexto da cidade que dava vazão a censuras a personagens e ações populares que se enquadravam no perfil de José Caninana.

Também relendo as notícias, foi possível afirmar que a modernidade é inseparável de sua própria mídia. A expansão das instituições modernas estava diretamente envolvida com o imenso aumento na mediação da experiência que essas formas de comunicação propiciaram.⁴⁴

As elites manauaras e as crônicas policiais tinham na Europa muitos de seus referenciais, já filtrando os ideais e bons gostos locais. Sob esse prisma, as elites e as instituições que corroboravam o ideal de reconfiguração de práticas e quadros sociais e culturais na cidade, se viam iluminadas pelo estilo europeu de viver, se auto definiam como afinadas com os *tempos modernos*.⁴⁵

Para apreender melhor o termo modernidade, torna-se necessário associá-lo à ética da autoconstrução⁴⁶, definida como um gesto essencial do ideal em questão. Em conformidade com tal afirmativa é descrito:

que esta atitude típica da modernidade é a constante reconstrução e reinvenção do eu ... O sujeito e o presente ao qual ele pertence não têm estatuto objetivo; eles têm de ser perpetuamente (re)construídos.⁴⁷

A modernidade também foi percebida como um organismo reflexivo composto por instituições políticas, narrativas, pedagógicas entre diversas que servem para organizar e alterar rotineiramente os aspectos do cotidiano, não de uma forma acidental ou sob a ótica do corriqueiro, mas de forma constitutiva, a modernidade na vida social foi uma construção cotidiana. Essa construção foi edificada por *instituições* que estabeleceram *modos de comportamento* sentidos inicialmente no ocidente europeu, mas que, na virada dos séculos XIX para o XX, foram sendo alastradas por várias regiões do mundo.

A idéia de modernidade mobilizou novos ideais e modos de vida para aqueles que aceitaram tais práticas, envolvendo mudanças de hábitos e costumes ou pelo menos incitando a vida a ser vivida como um cenário, como expressa a reflexão.⁴⁸

Nos centros urbanos da virada dos séculos XIX para o XX como Manaus o cotidiano foi incentivado a gravitar em torno do *sentido pecuniário*, sendo este legitimado pelos ideais do capital, da modernidade e do progresso. Estes ideais provocaram não só vantagens estruturais, mas também misérias, conflitos e permanências.

Na Manaus da Borracha, populares provenientes de comunidades indígenas, caboclos e ribeirinhos tinham no seu meio cultural a importância da comunidade. Depreciado pelo novo ideal, o coletivismo e a vida comunitária foram transformados em elemento de última instância no que tange às relações sociais, isso não quer dizer que esse modo de vida tenha desaparecido, mas sim desmotivado. Pela influência do capital, por via de sua pedagogia, a pobreza passou a ser vista como sinônimo de fracasso, de incapacidade e de preguiça. Daí, o sistema de vida tradicional fundamentado sob a economia de subsistência, a coleta, o extrativismo e outros meios considerados rudimentares para o próprio consumo e não voltado para o mercado foi desencorajado na localidade na qual o sistema de

vida fundamentado no capital foi recém consolidado.

A multiplicidade de personagens sociais que buscaram em Manaus esse novo modo de viver e mais os que já se encontravam na virada do século XIX para o XX possibilitou perceber que foram inúmeras e diferenciadas as reações aos padrões de cunho modernizantes que foram incorporados ao cotidiano manauara.

Esses variados segmentos produziram, no dia-a-dia, na cidade adaptações gradativas; abruptas; acomodações mesmo com estranhamentos pelos que não possuíam experiências urbanas; acomodações com sentimentos de pertencimento por aqueles que possuíam experiências urbanas anteriores; aversão às regras impostas; assimilações àquilo que lhes era necessário e indiferença às demais; indução para mudança das normas. Ou seja, o ser social na Manaus da Borracha foi envolvido e envolveu-se em um processo de circularidades sobre a dinâmica da cidade que invalidam idéias fixas ou polarizadas sobre a ação de seus habitantes, principalmente de populares. Pois eram passivos, ativos, resistentes, em outros momentos aceitando, mas em outros agindo, induzindo, influenciando-se, movimentando-se e adequando-se quando lhe apraz, com resignação ou não às mudanças abruptas e gradativas do seu cotidiano, o sendo feito de forma indigesta, paciente ou como agente ativo moldando sua própria historicidade, agindo de maneira compartimentada, pontual ou inter cruzada conforme suas necessidades diárias em uma cidade em processo de mutação e que lhes exigia estratégias de sobrevivência diferenciadas conforme as novas configurações da cidade ou exercendo sobre os projetos de reconfiguração pressões para suas mudanças.

Na cidade em processo de mutação, a solidariedade, os valores, as habilidades que driblavam as agruras diárias, foram algumas das barreiras a serem escaladas em um meio urbano impregnado de inovadoras concepções de vida advindas da modernidade, do capital e de outros ideais⁴⁹.

Logo, também para Manaus pode-se perceber a modernidade como um norte, um discurso e um conjunto de padrões que fundamentaram e legitimaram mudanças, impelindo sociedades a uma dinâmica, na busca de romper com práticas anteriores, trazendo resistências e tensões quando se mantinham referenciais que não estavam em sintonia com os novos padrões.

Quando se cruzam estudos sobre modernidade com o processo histórico que caracterizou a Manaus da Borracha, busca-se retratar para a cidade a inserção compulsória na *Belle Époque*⁵⁰, na qual o projeto de ordem social das elites apoiadas pelas autoridades da Primeira República, levaram a cabo intuítos de buscar equivalência de Manaus às principais cidades européias, considerando as especificidades locais na sua distinção.

Essas conexões entre as elites locais ilustradas, pautadas no positivismo, e um contexto europeu ocidental, por via de relações e trocas comerciais, técnicas, turísticas, culturais, diplomáticas entre outras, permitiram perceber que foi no momento entre os séculos XIX e XX que ganharam maior relevância os objetivos da repressão e/ou vigilância social, mecanismos fundamentais para a construção de sociedades *ordeiras, modernas, civilizadas e educadas* para o *progresso* comum. Esses objetivos projetados para a sociedade, quando pensados sob o ponto de vista da segurança pública, impulsionando ações não podem ser compreendidos como uma barreira segregacional, um divisor bipolarizado entre elites e populares. Pois o desejo de segurança pública tornava-se comum, independente do segmento social, até mesmo para infrator, quando o mesmo não está exercendo o seu papel.

O apelo por segurança pública pode ter sido comum para a sociedade da Manaus da Borracha, independente do quadro social, mas produziu novas dimensões culturais, valores, padrões e referenciais que estabeleceram os segmentos sociais que tendiam ao perigo público e os que não.

Através das tentativas de transformação social por via da imposição; repressão; violência e controle policial às categorias populares, as elites e autoridades buscaram extinguir o seu antípoda, objetivando a congregação de valores sociais, de trabalho, de disciplina, de posturas e convenções que idealizavam como o caminho inexorável a ser traçado pela sociedade manauara na concretização de projetos modernizadores.

Saindo da órbita local, no início do século XX, a sociedade de Manaus era um cadinho de fragmentos, retalhos de vidas cotidianas diferenciadas por culturas migrantes de localidades distintas e historicamente construídas. Os detentores da República objetivavam transformar personagens sociais, proeminentemente populares, em signos de uma cultura nacional coesa e unívoca. Para a

intelectualidade da época, membros da sociedade moderna deveriam estar desencorajados de performances próprias, e sim conectados com a pedagogia comportamental e de ordem que pretendia delinear a sociedade para um formato singular.

Na significância política e social, na percepção de autoridades e elites manauaras e republicanas que se autodenominavam modernas, a sociedade deveria estar contida nos projetos de progresso, permanecendo para tanto a inibição do fazer-se, o embaraço nas práticas individuais dissonantes com o total e consolidando a hierarquia social, sendo a sociedade o resultado de teorias de disciplinamento social. O ser que não estivesse submetido na pretensa totalidade social, despiando-se de seus pressupostos próprios, designações culturais fugidios à homogenização seria considerado marginal. Era a luta constante da condição existencial da modernidade: agir sob pressupostos próprios ou totais.⁵¹

Outro princípio, ligado à modernidade, com o qual elites e autoridades manauaras se identificavam e propagavam era o de civilização. Tais segmentos exaltavam-se *com o nosso estado de civilização*, sendo Manaus um dos *centros civilizados*⁵² do mundo.

O termo *civilização* foi encontrado em documentos oficiais, notas jornalísticas, processos, enfim, nos quais se pode encontrar a escrita do dia-a-dia da cidade no momento da *Belle Époque*, por autoria de cidadãos que tinham a possibilidade de expressar seu orgulho de fazerem parte do rol das cidades ditas civilizadas.

Principalmente para as elites e autoridades manauaras, *civilização*, como *modernidade* eram expressões que simbolizavam a leitura sobre o momento de metamorfoseamento da cidade. Na concretização do projeto arquitetônico, a auto-identificação de habitantes que se sentiam modernos e civilizados representava o rompimento com o senso dos viajantes que visitaram Manaus em meados do século XIX, senso esse de cunho depreciativo:

Que poderei dizer da cidade de Manaós? É um pequeno aglomerado de casas, metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara Legislativa, Correios, Alfândega, Presidência.⁵³

Por mais que esses viajantes tenham visitado Manaus em contextos históricos diferentes, (40 anos antes do período desse estudo) muito de suas críticas permanecia no senso dos administradores públicos mandato após mandato.

Essas críticas permaneceram como uma mácula, lembradas por intelectuais ou administradores quando lhes era necessário.

As depreciações à cidade se renovaram cerca de 60 anos depois com Mário de Andrade.

Em 1927, Mário de Andrade esteve em visita à cidade de Manaus entre regiões do Amazonas. Em 1929, em carta confidencial ao poeta Sérgio Olindense, declarou seu ponto de vista sobre Manaus.

(...) De Manaus gostei do pessoal, gostei de certos passeios, de certos momentos, mas a cidade propriamente me desagradou. (...) Toda essa falsificação de grandeza, todo esse mau-gosto exasperado e... morto de grandezas passadas, toda a falta de caráter individual (...), os fícus, tudo isso e em ponto-pequeno, me desagradou, me irritou. E me entristeceu principalmente muito porque Manaus sendo um milagre jogado no sertão, afinal das contas é um milagre feio, um milagre sem caráter e o que é mais honroso ainda, um milagre já hoje sem razão. (...) e quando penso em Manaus sinto que não gostei de Manaus. (...) Não gostei de Manaus porque me fez sofrer humanamente, porque é cidade feia e sem grandeza. (...) ⁵⁴.

Por mais que fosse um comentário da década de 1927, corroborava conclusões de muitos viajantes que passaram por Manaus desde o início do século XX, momento que a cidade já tinha passado pelo processo de remodelamento. Por esses e por outros motivos, tornava-se fundamental para administradores da cidade transformá-la conforme preceitos modernos e de cunho civilizador.

Para que se compreenda a importância do princípio de civilidade para a Manaus da Borracha

torna-se imprescindível entender a preocupação que representava o seu contrário para os homens públicos e elites da cidade: o simbolismo negativo de cidade primitiva. Sob essa ótica no final dos anos 1880, Manaus ainda mantinha-se com o traçado de ruas estreitas entrecortadas pelos igarapés, discreto casario, contando com poucos recursos urbanos. Até então não havia mudança do ponto de vista da implantação urbana.

Principalmente as elites buscavam os benefícios e privilégios próprios da chamada modernidade e civilidade, com a implementação desses ideais na cidade, exercendo pressão sobre autoridades na correlação de forças, beneficiando interesses próprios.

Logo, a implementação do novo traçado urbano na cidade servia como uma resposta aos discursos de viajantes europeus do século XIX e nacionais do século XX, quanto à busca por privilegiamentos pois às vésperas da proclamação da República espaços centrais da cidade estavam permeados de

Bananeiras, palmeiras, jenipapeiros, laranjeiras, etc., até junto das casas dos brancos e dos fuscos, sem considerar as pessoas, e nos lugares altos e telhados dos grandes e dos pequenos pousam e correm urubus às dúzias dum lado para outro, com a intenção pacífica de zelar o melhor possível da limpeza pública⁵⁵.

No Código de Posturas de Manaus, elaborado em 1890, já eram fornecidas indicações de uma cidade racionalizada sob os moldes modernos. O Código ainda normatizava práticas mais adequadas à cidade e ao ideal de progresso. Assim, o traçado urbano quadriculado da cidade se impunha sobre a selva *selvagem* com a força do ideal civilizador.

A implementação de padrões inovadores de edificação e arruamento possibilitaram a abertura e pavimentação de ruas, terrenos terraplenados, igarapés aterrados ou mudados de curso, a cidade desprende-se das beiras dos rios rumo ao interior da terra-firme, incorporando as áreas de mata ao quadriculado do novo traçado urbano. Marcava-se no espaço o início de um novo tempo permeado de signos de poder, da vitória do homem sobre a natureza, da civilidade do urbano sobre a *incivilidade* da selva. Novas construções foram erigidas: os prédios do palácio do Governo, do palácio da Justiça, do Teatro Amazonas, boulevares, o porto flutuante, largos, monumentos, os bondes de tração animal e depois elétrico, e outros ícones da modernidade e civilidade. Empresas estrangeiras e seu corpo técnico na sua maioria inglesa buscavam remodelar a cidade como também seus gostos. As transformações urbanísticas realizadas na cidade não estiveram distanciadas da batalha de símbolos. Estes que faziam as suas marcas na tentativa de se mostrar como expressões máximas da modernidade e da civilização.

As transformações imprimidas à Manaus da Borracha foram impactantes para o período. Os marcos da *Belle Époque* permaneceram conservados na memória de manauaras até os dias de hoje, realimentada esta *memória compartilhada* por boa parte da historiografia amazonense de décadas atrás que contemplou o momento pelo viés ufanístico e apologético⁵⁶.

As seqüelas de uma história contada por olhares direcionados a um só horizonte permanecem quando a população local elege, de forma implícita, o herói da cidade enquanto seu projeto transformador, ou seja, na falta de um herói histórico de carne e osso a população local elegeu um herói de cal e pedra. Esse herói é personificado na simbologia arquitetônica. Enquanto outras cidades e regiões têm seus heróis referenciados em personagens vivos, Manaus passou a ter como referência de orgulho, lembrança e regozijo o seu plano arquitetônico que possibilitou ser chamada de *Paris das Selvas*⁵⁷.

Boa parte das transformações na Manaus da Borracha suplantava as necessidades estruturais urbanas indo para o campo da ostentação e privilégios de segmentos de classe, inspirados em cidades européias para a edificação da Paris dos Trópicos⁵⁸.

Logo, a cidade de Manaus ou parte dela foi o espaço privilegiado de uma intervenção cujos resultados promoveriam, aos olhos dos agentes transformadores, a superação de um considerado atraso. Para muitos cidadãos, a cidade corresponderia à mudança radical da aldeia para a Manaus moderna ou o toque da civilização e do progresso na selva.

A concretização dos ideais de modernidade e civilização na cidade, no campo da sua

reestruturação, certamente possibilitou inúmeras comodidades aos seus habitantes, vantagens visíveis que geraram marcos atrativos para o contingente migratório. No entanto, não se pode esquecer que o metamorfoseamento da Manaus da Borracha teve seu resultado no cotidiano da sociedade local de forma múltipla e diferenciada, atendendo ou não atendendo em diversos graus as demandas da variedade de segmentos constituintes da cidade.

Mas mesmo com a diversidade sociocultural que constituiu a sociedade manauara na *Belle Époque*, é objetivo deste trabalho também refletir sobre a ontologia⁵⁹ que a modernidade, ou seus idealizadores, tentaram desenvolver nas rotinas diárias. E quais as resultantes que tal pretensão provocou na convivência da sociedade, que convergia para uma dinâmica social crescente, com a agravante de um período favorável ao aumento do fluxo migratório advindo da economia gomífera.

Discutir o objetivo de autoridades e elites ilustradas traçarem formas únicas de sociabilidade, de convivência, das práticas, comportamentos e todo arcabouço cultural formativo do cidadão. Não se pretende afirmar que as autoridades impuseram um pacote comportamental à cidade, mas que, no nível das ações diárias, no cotidiano das instituições e na dinâmica da cidade houve interferências e induções sobre as relações sociais.

Para que as autoridades e elites concretizassem seus ideais em detrimento de práticas populares, era necessário promover modelos de repressão, vigilância e imposição, respectivamente provenientes de códigos/legislaturas como do senso das autoridades, direcionando as ações de instituições disseminadoras da modernidade: a escola, a polícia, a justiça, a imprensa entre outras. Na prática, a pretensão ontológica⁶⁰ promovida pelas instituições modernizadoras⁶¹ trouxe reformulações à vida social, impactando questões existenciais fundamentais.

As ocorrências policiais enfocavam seres diversos, que exerceram práticas diversas. Muitos gritaram, reverberaram, calaram-se, foram ordeiros, desordeiros conhecidos, ou desordeiros por conveniência, uns solicitaram ações de repressão, outros foram fugidios à mesma repressão, enfim, a cidade estava impregnada de vontades, de representações, de ações distintas, de leituras sobre essas ações e de caminhos multiplamente traçados e efetuados por populares e pelos demais segmentos da sociedade.

Como se pretendia a ontologia da modernidade em um momento em que Manaus inflava com uma multiplicidade de seres com suas variadas culturas? Estes ao chegarem à cidade ou já pertencendo a ela, não caminharam em uma só direção, mas em todas as direções possíveis, como uma rosa dos ventos, que vão e que voltam, mesclando culturas. Eram imigrantes europeus ocidentais e orientais, asiáticos, migrantes ribeirinhos, nordestinos, caboclos e de outras regiões do país⁶².

Na ontologia da modernidade, o sujeito urbano perderia parte de seus vínculos com o passado e buscaria se tornar um *quase igual*, passaria a ser aceito pelo meio e reproduzidor na rotina urbana dos ideais de modernidade. Conscientemente ou não, era objetivo das autoridades e elites, intrínseco aos ideais, que o sujeito urbano não resistisse, aceitasse e se adaptasse às imposições ontológicas para que fosse satisfeita a sensação de enquadramento.

O desejo de modernidade emergiu nas elites manauaras assumindo importância singular, envolvendo apropriação de práticas normatizadas. No momento em que o sentido do modo de vida moderno mudasse, o sujeito urbano deveria se enquadrar, remediar suas experiências, revisando-se mediante os novos padrões. Assim, na busca pela homogeneização, a modernidade, não se deve esquecer, produz diferença, exclusão e marginalização. Afastando a possibilidade da emancipação, as instituições modernas ao mesmo tempo criam mecanismos de supressão, e não de realização, do eu⁶³.

Dessa forma, estava implícito às fontes que o eu se realizou na Manaus da Borracha, independente dos mecanismos de supressão das instituições modernas, o eu tornou-se manifesto, tornou-se agente dos seus próprios feitos, demonstrando força para reconfiguração de seu meio, agindo sobre as posturas normatizadas⁶⁴.

Para as elites defensoras da aplicabilidade da modernidade, a vida fora de sintonia com o eixo da modernidade significava ser moroso, contemplativo, conformado com a condicionante que lhe assiste.

Logo, a modernidade contrapõe-se aos elementos que regem a existencialidade no meio natural,

sendo o destaque do predomínio da modernidade no domínio do homem sobre a natureza. A dinâmica da modernidade representou a domesticação da fera natural: selvas eram cortadas por ferrovias (como a Madeira Mamoré); as distâncias transoceânicas pareciam ficar menores com as embarcações a vapor, o telégrafo permite comunicações longínquas. Na Manaus da Borracha, os personagens estigmatizados pela sua *jettatura*⁶⁵, como estereotipavam as crônicas policiais, eram o ameríndio, o tapuio, o caboclo ribeirinho, o seringueiro, o migrante nordestino e outros personagens que expusessem culturas semelhantes a esses.

Porém deve-se ressaltar que esses sujeitos históricos e sociais não foram passivos aos ditames transformadores que buscavam reconfigurar a ordem comportamental, práticas e valores na cidade. Tornaram Manaus uma cidade híbrida e não exclusiva do modo de vida europeu. A europeização, atestada pela historiografia ufanista, não se deu em sua totalidade nem mesmo no meio dos que apregoavam que *nela (Manaus) uma população cosmopolita representava a arte de viver. Viver como na Europa, mesmo estando na selva*⁶⁶.

Por mais que a modernidade tenha tido sua força enquanto ideal, ela não açambarcou as múltiplas vontades que estavam presentes na cidade de Manaus. Portanto entende-se que os habitantes da cidade, populares, segmentos intermediários, elites e autoridades em grupos variados tentaram-se, harmonizaram-se, propagando indiferenças, miscigenando-se, exteriorizando repulsa, em ação de forças que convergiram na cidade.

Logo, todos os ideais não tiveram a força de abafar, conter e transformar em sua totalidade práticas de personagens que eram considerados *trânsfugas* sociais.

Assim, empreendida pela ordem constituída, a vigilância, o controle e as referências da modernidade refletidas sobre seus alvos tentavam aparar as arestas das diferenças culturais daqueles que não espelhavam práticas da modernidade.

Sem a vigilância aliada ao controle policial e contribuição de instituições para a administração e disseminação da modernidade não haveria a implementação de ideais, em seus diferentes níveis de aplicabilidade. Desses, a vigilância e o controle eram fundamentais para a busca da ordem como parte de um conjunto de ideais. Sob tal aspecto é que

a polícia situa-se no centro da questão da transformação do projeto burguês em realidade social. No conjunto de estratégias desta classe, a instituição policial desempenha o papel de um importante instrumento de ação (...). Definindo o processo de constituição das forças policiais dentro do quadro da construção da ordem burguesa no Brasil, representada pela expansão do controle/conhecimento da nação, as instituições policiais se convertem em instrumentos de um poder que lhes é exterior (...)⁶⁷.

Sem dúvida, as ações da polícia/justiça e o direcionamento administrativo das instituições implicitamente disseminadoras da modernidade fizeram surgir tensões sociais. Ao que parece, toda a ênfase dada aos ideais de modernidade, civilidade, ordem e progresso na virada do século XIX para o XX provocou uma certa ojeriza e antipatia de certas elites, que se intitulavam *modernas*, sobre o considerado socialmente tradicional, personificando esse tradicional em populares⁶⁸.

Não se pode negar que as reestruturações da cidade de Manaus que também se inspiraram nos ideais de modernidade, civilidade, progresso e ordem, nos campos arquitetônico, urbanístico, econômico e social trouxeram vantagens, melhorias e privilégios aos segmentos sociais constituintes da cidade, mesmo aos que sofreram imposições. Mas também não se pode negar que a modernidade, estando sob a égide de seus implementadores, apresentou-se às vezes de uma forma opressiva às populações locais consideradas tradicionais, um cárcere imaterial e subjetivo que se direcionava a um comportamento social unilateral por via do disciplinamento da sociedade.

Mesmo como ações disciplinares, as relações de sociabilidade ocorreram de forma circular. O mesmo ser social poderia ser considerado como malfeitor, trabalhador, desordeiro, homem de bem, escroque social. Foram esses mesmos populares que causaram desconforto, temor ou indiferença quando cruzavam com membros das elites. Mas eram esses mesmos populares que se relacionavam com as mesmas elites no campo do trabalho, dos serviços e das variadas relações no dinamismo da

cidade.

Logo, Manaus foi uma cidade múltipla, híbrida, com diferentes espaços, territórios e representações de seus usos, com variedade de elementos culturais, étnicos, que, no buscado cosmopolitismo, com personagens e subjetividades que se contataram, tencionaram e causaram transformações intrínsecas à cidade e entre seus habitantes.

Foi nessa multiplicidade que se pretendeu a regulação para uma ordem urbanística que se buscou unívoca e homogênea, pautada em valores e padrões próprios de segmentos dominantes que buscavam, também, em ideais, um ordenamento e controle social.

Bibliografia

- AGASSIZ, L. & AGASSIZ, E. C. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975.
- ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistanas*. Campinas, SP UNICAMP. São Paulo. Imprensa Oficial 2000.
- AVELINO, Yvone Dias *Arte urbana e reminiscências rurais na obra de Tarsila do Amaral*. In Revista projeto História nº 19, EDUC, São Paulo, 1999.
- BENCHIMOL, Samuel 1923. *Amazônia, formação social e cultural*. Manaus: Ed. Valer EDUA, 19
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar A aventura da modernidade*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BHABHA, Homi k. *O local da Cultura*. Belo Horizonte UFMG 2003.
- BRAGA, Genesino. *Chão e Graça de Manaus*. Manaus, Edições Fundação Cultural do Amazonas, 1975
- BRETAS, Marcos Luiz. *A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1997.
- BRESCIANI, Stella (Org.). *Imagens da Cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CORRÊA, Luiz Miranda. *O Nascimento de uma Cidade. (Manaus, 1890 a 1900)*. Manaus: Edições Governo do Estado do Am. 1966.
- COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana*. Dissertação (mestrado em História). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.
- DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1910*. Dissertação (mestrado em História). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1988.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1986.
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis. Vozes 21ª edição. 1987.
- GEREMEK, Bronislaw. *Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia, 1400-1700*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- GEDDES, patrick, 1854-1932. *Cidades em Evolução*. Tradução Maria Jose Ferreira de Castilho Campinas, SP: Papirus, 1994. Coleção Ofício de Arte e Forma.
- GIDDENS, Anthony. *O Estado-Nação e a Violência*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- GIDDENS, Anthony 1938. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- HAHNER, Jene E. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil 1870/1920*. Brasília: Edunb, 1993.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pos-Modernidade*. Rio de Janeiro DP & A 2001.
- KROPE, Simone Petraglia. *Os Construtores da Cidade. O discurso dos engenheiros sobre o Rio de Janeiro no final do século XIX*. Projeto História n. 13, junho, 1996, p. 179-188.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura*. Bauru, SP EDUSC 2002.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Na trama Urbana*. Projeto História, nº 13, junho, 1996, p. 129-150.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e Poder*. Rio de Janeiro. Sette Letras 1996.
- MARTINS, Ana Luiza *A invenção e ou eleição dos símbolos urbanos: História e Memória da cidade paulista*, In Brexciani, Stgella (org) *Imagens da cidade*, São Paulo, Marco Zero.

- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A Problemática do Imaginário Urbano*. Notícias Bibliográficas e Históricas. V. 30 n. 171 ou/dez 1998, p. 323-333.
- MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus História e Arquitetura 1852-1910*. Editora Valer, 1999
- NEDER, Gizlene. *Cidade, Identidade e Exclusão Social*. Tempo. Rio de Janeiro, 1997.
- NEDER, Gizlene. *Os Estrangeiros, Exclusão e Medo do Outro*. Encontro Regional da Associação Nacional de História. Rio de Janeiro, p. 75, 1996.
- NEDER, Gizlene. *Cultura da Violência, Suspeição e Imaginário do Terror*. Encontro Regional da Associação Nacional de História. Rio de Janeiro, p. 113, 1996.
- PECHMAN, Robert Moses. *Cidades Estreitamente Vigiadas. O Detetive e o Urbanista*. Rio de Janeiro. Casa da Palavra, 2002.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma Outra Cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2001.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus, Edua, 1999.
- PINHEIRO, Maria Luíza Ugarte. *Folhas do Norte. Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)*. São Paulo sn 2001.
- SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Marginais*. In: LE GOFF, Jacques (Org.) *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- SHARP, Jim. *A História Vista de Baixo*. In: BURKE, Peter. (Org.). *A Nova História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, Arilene Gomes de. *O Estrangeiro e a Cidade. O Rio de Janeiro e o imaginário da viagem*. Projeto História n 13, junho, 1996, p. 189-198.
- VIANNA, Adriana de Resende B. *O Mal que se Adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1999.

Notas

¹ Dias, Edineia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto. Manaus: 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, p. 32.

² ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistanas*. Campinas, SP UNICAMP. São Paulo. Imprensa Oficial 2000.

³ Matos, Maria Izilda Santos de. *Âncora de Emoções. Corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005, p.41.

⁴ A Belle Époque ocorreu nos países desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos (e Brasil da Primeira República) entre a última década do século XIX até cerca de meados do XX, ocasião em que houve intensas transformações, a modificar hábitos, convicções e modos de percepção em todo o mundo. Ferreira, Fábio. O Projeto de Cidade Republicana: O Rio de Janeiro da Belle Époque. <http://www.revistatematilivre.com/bellepoque04.html>.

⁵ Criminalização ou criminalizar é a tentativa de enquadramento por via da percepção policial utilizando como subterfúgio algum ato condenável que esteja codificado e sendo vinculado à atitude indesejada pelo policial. Assim, a atitude ou prática condenável não estipulada nos códigos da legalidade torna-se relativa, pois depende de conceitos de moralidade, história de vida, leituras de representações que formam a personalidade do policial, pois esse é quem aborda o suspeito em potencial e quem executa a perseguição criminal. Logo, uma reunião de alguns negros do início do século XX poderia representar motivos para aprisionamento pela tipificação de *capoeiragem*. A criminalização também é constituída sob a égide do estigma social e territorial. A mesma atitude poderia ser criminalizada ou não dependendo do personagem social e do ambiente que esse se encontra.

Sobre o assunto conferir em teoria do etiquetamento : Alessandro Barata. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal. Introdução à Sociologia do Direito Penal*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Freitas Bastos. Instituto Carioca de Criminologia, 1999.

⁶ Economia baseada na borracha, goma elástica ou seiva extraída da seringueira.

⁷ A força da presença de expressões como modernos / civilizados é percebida através de documentos oficiais pesquisados da primeira década do século XX, como também nas crônicas policiais do Jornal do comércio, porém em menor medida.

⁸ A expressão é escrita a primeira vez no prefácio da obra de Auguste Plane. 1903. In: Daou, Ana Maria Lima. *A cidade, o teatro e o paiz das seringueiras : práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998, p. 173.

⁹ Daou, Ana Maria Lima. Obra citada, p. 200.

¹⁰ Mesquita, Otoni Moreira de. *Manaus História e Arquitetura 1852-1910*. editora Valer, 1999, p.296. O autor afirma que as transformações do prefeito Haussmann, em Paris, no final do século XIX, tornaram-se o referencial de urbanismo para o ocidente, inclusive Manaus.

¹¹ Mesquita, Otoni Moreira de. Obra citada, p. 298.

¹² Idem ibidem. Citado pelo jornal *A Federação*, em 17 de fevereiro de 1900.

¹³ Mesquita, Otoni Moreira de. Obra citada, p. 299.

¹⁴ Em outras pesquisas sobre a Manaus da Borracha foi evidenciado que nos espaços considerados centrais, como a Avenida Eduardo Ribeiro, havia pensões encobertas por fachadas arquitetônicas que estavam em consonância com os Códigos de Posturas de 1890 e depois o de 1910. Sendo esse estilo de moradia muito utilizado por trabalhadores populares que tinham suas redes de relações trabalhistas compostas no centro. Outras formas de moradia na mesma Avenida eram improvisadas como estratégias de permanência na principal área da cidade. Como o grupo de casinholas erigidas a partir das paredes que resistiram à demolição do Palácio do Governo entre 1898 e 1900, denominado popularmente como galpão.

In: Costa, Francisca Deusena Sena. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana. Trabalhadores urbanos em Manaus (1890/1915)*. Dissertação de Mestrado em História PUC-SP março 1997, p. 126.

Torna-se ainda significativo afirmar que tais moradias disfarçadas ou improvisadas nas regiões centrais eram alvos das autoridades locais, tanto policiais como sanitaristas.

¹⁵ Jornal do Comércio do Amazonas, Fatos Policiais: 29 de outubro de 1909.

¹⁶ Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte. Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)*. São Paulo sn 2001, p. 41.

¹⁷ A Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição foi a primeira grande obra arquitetônica construída em Manaus e a mais importante do período provincial. Apesar do crescimento da cidade nas últimas décadas, o edifício conseguiu manter uma posição de destaque na visualidade da paisagem. A igreja está localizada sobre uma pequena elevação em frente ao porto da cidade.

¹⁸ Em 1923, um trabalho organizado pela Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais, comentava que até o ano de 1903 apenas os portos de Santos e de Manaus estavam aparelhados com instalações aperfeiçoadas para o transbordo, manuseamento e armazenagem das mercadorias (...) e com respectivos serviços já organizados pelo regime da Lei de 1869. *Portos do Brasil (Atlas)*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas/Emp. Brasil Editora, 1923, p. 5. In: Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. Obra citada, p. 43.

¹⁹ Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. Obra citada, p. 46.

²⁰ Jornal do Comércio do Amazonas, Crônica Policial: Inimigos da ordem. 27 de agosto de 1908 * grifo meu. *Roadway* era a expressão genérica dada ao porto. *Manáos Harbour*, era a empresa inglesa que recebeu a concessão de 60 anos para a exploração do porto através da cobrança de percentuais sobre a atracação de navios, de produtos exportados e das taxas referentes as capatazias (carga e descarga de mercadorias e todo movimento de carga até a entrega ao consignatário). Sobre capatazias, ver: Diário Oficial, 11 de agosto de 1921. In: Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. Obra citada, p. 39.

²¹ Há ausências de estudos que comprovem a necessidade de importação de bens motivada pela falta de produtos de mesma qualidade em território brasileiro, aliado a preços compensadores. Produtos esses de cunho metalúrgico, arquitetônicos e relacionados com a construção civil no período de remodelamento da cidade de Manaus na Belle Époque. Autoridades públicas de cidades brasileiras que passaram por processos de remodelamento importavam boa parte daquilo que era utilizado nas obras, como atesta em expediente datado de 8 de junho de 1893, quando a Intendência Municipal autoriza o Diretor de Obras Públicas, Terras e Colonização a solicitar ao Ministro da Fazenda a dispensa de todos os direitos de importação para uma ponte de aço que deverá ser erigida no igarapé da Cachoeirinha, uma fonte ornamental de ferro fundido, metros de grades de ferro, quatro portões de ferro para os jardins da Praça da República e de 48 bancos de ferro, vindos todos da Inglaterra. In: Daou, Ana Maria Lima. Obra citada, p. 201

²² Álbum do Amazonas, 1902, p. 57. In: Daou, Ana Maria Lima. Obra citada, p. 201.

²³ Jornal do Comércio do Amazonas. Gazetilha: Proezas do Cupido. 11 de agosto de 1908.

²⁴ Leis, Decretos e Regulamentos. Tomo IV 1906 de Janeiro a Dezembro, volume 4 e 5. Regulamento Da Policia Civil do Estado do Amazonas. Capítulo II do Prefeito de Policia. Artigo XIII. Biblioteca da Associação Comercial do Amazonas, Manaus AM.

²⁵ A ausência de adaptação com os 20 km/h exercidos pelos bondes provocava acidentes corriqueiros na cidade. Como atesta a crônica do Jornal do Comércio do Amazonas: O Trumpho ás avessas, 3/8/1917, abaixo:

Pedro Ribeiro da Silva compareceu hontem, á delegacia do segundo districto e queixou-se do motorista Manoel Monteiro do Nascimento, numero nove, o qual, com o seu vehiculo, quase o atropellara á rua Dez de Julho, em frente á mercearia *Carochinha*, guiando o bonde numero vinte e um da linha Plano Inclinado. (...)

²⁶ Daou, Ana Maria Lima. Obra citada, p. 202-203.

²⁷ Jornal do Comércio do Amazonas: Factos Policiaes, 2 de maio de 1909.

²⁸ A estrutura de bondes em Manaus foi montada em forma de cruz, um corte leste-oeste e outro norte-sul. A linha norte-sul visava ligar as áreas mais afastadas (as colônias agrícolas ao norte) às áreas centrais ao sul.

²⁹ Para analisar outros espaços e sua relação com ideais da Belle Époque, ver: Daou, Ana Maira Lima. Obra citada, p. 29. Mesquita, Otoni Moreira de. Obra citada, p. 296.

³⁰ In: Daou, Ana Maria Lima. Obra citada, p. 205.

³¹ Nery, F. J. de Santana. In: Daou, Ana Maria Lima. Obra citada, p. 206.

³² Nery, F. J. de Santana. In: Daou, Ana Maria Lima. Obra citada, p. 206.

³³ Berman, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar – A aventura da modernidade*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 16.

³⁴ Bhabha, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 334

³⁵ idem, p. 335.

³⁶ As casas feitas de barro e cobertas de palha eram as barracas, típica habitação da população pobre da região amazônica. Proibida sua construção nas ruas dos Remédios, Boa Vista, Flores, Imperador, Brasileira, Manáos, Henrique Martins, Cinco de Setembro, São Vicente e em todas as praças, pelo Código de Posturas de 1872. O Código de Posturas de 1890 mantém a proibição dentro dos limites urbanos, sob pena do infrator ter a cobertura de sua casa demolida. No Código de 1910 são permitidas construções desse gênero de casa nos arrabaldes, desde que o morador construa um muro na altura que ultrapasse o telhado da casa sob pena de multa ou demolição. Conferir: Dias, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto. Manaus 1890-1920*.

Manaus: Editora Valer, p. 67.

³⁷ Jornal do Comércio. Coisas Policiais: Novo Adão .Manaus, 20 de setembro de 1917.

³⁸ Jornal do Comércio. Coisas Policiais: Novo Adão .Manaus, 20 de Outubro de 1917.

³⁹ Giddens, Anthony, 1938. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 9.

⁴⁰ Relatório do Chefe de Repartição de Segurança Pública. Dr. Alvaro Guimarães Maia e Dr. Alfredo Araújo. 18 de junho de 1910, p. 81. In: Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes, pelo Exm. Sr. Governador do Estado Cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt. 10 de julho de 1910. Arquivo Público do Estado.

⁴¹ Jornal do Commercio. Coisas Policiais: Um ferrabraz da moda , 16-11-1917.

⁴² Jornal do Comercio do Amazonas. O fim de um sabbat , 30-09-1917.

⁴³ Para que a unidade socio-comportamental da modernidade fosse plenamente aceita pelo membro social fazia-se necessário que fosse intrínseco ao mesmo o sentimento de pertencimento à comunidade, que segundo Arantes é o sentimento de compartilhar interesses, memórias e experiências com outrem, sentir-se parte de uma ampla coletividade, possuir valores em comum e sentimentos profundos de identificação. Antonio A. Arantes. *Paisagens Paulistanas. Transformações do espaço público*. Campinas, SP: Editora de Unicamp; São Paulo: Imprensa oficial, 2000 p. 132.

⁴⁴ Giddens, Anthony, 1938. *Modernidade e identidade*. Trad.: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 29.

⁴⁵ Em documentos, como Processos, Inquéritos, Mensagens de Governo, Decretos, entre outros há a presença de auto-reconhecimento alijado à modernidade. Principalmente as autoridades reconheciam as aspirações modernizantes que se imbricava na cidade. A referência destacada equivale às palavras de G. Gentil Pinheiro, advogado. Petição de Hábeas-Corpus. Manaós. Impetrante Dr. Gentil Pinheiro a favor de Amaro Alves, Manuel Gonçalves e outros. Tribunal de Justiça do Amazonas. Processo nº 50. Depósito Público. 7 de março de 1914.

⁴⁶ Bhabha, Homi K. Obra citada, p. 331.

⁴⁷ Dólar, M. In Bhabha, Homi K. Obra citada, p. 331.

⁴⁸ Giddens, Anthony, 1938. Obra citada, p. 20-21.

⁴⁹ Avelino, Dias Yvone. *Arte Urbana e Reminiscências Rurais na Obras de Tarsila do Amaral*. In: Projeto História, São Paulo, EDUC, nº 19, Novembro, 1999, p. 99.

⁵⁰ Sevcenko, Nicolau. In: Bretas, Marcos Luiz. *A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 31.

⁵¹ Foucault, M. Technologies, p. 162-163. In: Homi K. Bhabha. Obra citada, p. 214.

⁵² Petição de Hábeas Corpus. Impretante: Dr. Gentil Pinheiro a favor de Amaro Alves, Manuel Gonçalves e outros. Manaós, 7 de março de 1914. Ofício do Chefe de Polícia João Lopes Careiro ao Dr. Raymundo da Silva Perdigão. Manaós, 13 de março de 1914.

⁵³ Os Agassiz era um casal de viajantes naturalistas suíços que viajaram à Amazônia da década de 1860. Agassiz, L. & Agassiz, E. C. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975.

⁵⁴ Braga, Genesino. *Chão e Graça de Manaus*. Manaus, Edições Fundação Cultural do Amazonas, 1975, p. 175.

⁵⁵ Avé-Lallemant, R. In: Daou, Ana Maira Lima. Obra citada, p. 36.

⁵⁶ O orgulho da civilização do Ocidente faz com que o outro lado vitimado pelo pitoresco, em certos momentos tocados pelo romantismo, mas quase sempre desagradavelmente primitivo, deve ser apagado. Márcio Souza. Amazônia. In: Dias, Ednea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto*. Manaus: Ed. Valer, p. 38. O trecho representa o caráter dúbio que se apresentava parte da historiografia amazonense de 30 anos atrás, mas que se faz presente em muitos livros didáticos e na mídia comercial. De um lado a apologia ao processo de transformação da cidade. De outro a depreciação a segmentos que aparentemente necessitavam de transformação sócio-cultural.

⁵⁷ A reflexão que construí sobre a figura do herói está na busca de reafirmação de uma memória. Acredita-se que no caso da Manaus da *Belle Époque* o herói está no plano arquitetônico que se reporta ao período específico de expansão da econômica gomífera. É o simbolismo de todo um período que ficou marcado na história local. Torna-se relevante compreender ainda que o herói tem que ser alguém ou algo que represente o poder constituído, pois é necessário àqueles que detêm o poder de mando a invenção de uma dada identidade coletiva e pretensamente homogênia como marco de referência. Essa referência persiste nostalgicamente até os dias de hoje através de leituras feitas sobre publicações, projetos governamentais, eventos, entre outros.

⁵⁸ Daou, Ana Maira Lima. Obra citada, p. 198.

⁵⁹ Não se pretende ser anacrônico com o conceito de ontologia, mas aplicá-lo para melhor compreensão dos postulados contidos na idéia de modernidade.

⁶⁰ Cabe fazer menção ao conceito de *ordem* aliado ao de ontologia. Dessa feita, Pechman afirma que o processo de constituição de uma nova ordem social (a urbana) a que toda experiência de transformação tem que se submeter no sentido de atualização de seus códigos de mando e de obediência, a partir do que se redefine o lícito e o ilícito, o que é direito e o que é ilegal; e, no limite, o possível e o impossível, o desejável e o desprezível, o tolerável e o insuportável .

Pechman, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas. O detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p.38. Para Pechman.

⁶¹ Parte das Instituições reveladas neste item serão temas de discussão nos capítulos 2 e 3 deste trabalho, quando se refletir sobre as funções da escola, da polícia e da justiça que criminalizam práticas da ordem cultural popular que deveriam ser reprimidas.

⁶² As secas de 1877 e 1878 deslocaram 19.910 retirantes nordestinos. Em 1892 houve registrado a entrada de 13.593 nordestinos. No período de 1898 a 1900 entraram 88.709 migrantes. Enfim, de 1877 a 1920 houve o fluxo de cerca de 300.000 migrantes nordestinos. Há ausência de pesquisas quantitativas que dêem números claros sobre a imigração estrangeira, a migração ribeirinha para a capital e de outras regiões para Manaus ou mesmo para o Amazonas. In: Benchimol, Samuel 1923. *Amazônia, formação social e cultural*. Manaus: Ed. Valer EDUA, 1999, p. 136.

⁶³ Giddens, Anthony. Obra citada, p. 13.

⁶⁴ Em 1912, a Chefatura de Polícia do Estado do Amazonas solicita a criação emergencial de delegacias nos arrabaldes mais povoados e extensos que rodeiam a cidade , pois o quadro das delegacias, duas apenas, cada qual servida por um delegado, dois

Paulo dos Santos Junior

sub-delegados, quatro inspectores e oito agentes, trás sérios embaraços às necessidades do serviço policial. Relatório da Chefatura de Polícia do Estado do Am. Delegacias, p. 102. In: Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes, pelo Exm. Sr. Cel. Antonio Clementino Ribeiro Bittencourt, 10 de julho de 1912. Arquivo Público do Estado do Am.

Em 1918, consta no Relatório da Polícia Civil que *os pequenos delictos contra a pessoa e propriedade vão, infelizmente, aumentando dia a dia, segundo informa o Dr. Freitas Bastos, em seu relatório, por meio de um diagramma synthetico, sobre a criminalidade de Manáos.* Relatório da Polícia Civil, p. 156. In: Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Governador do estado Pedro de Alcântara Bacellar. 10 de julho de 1918. Arquivo Público do Estado. Isso mostra que as vontades individuais foram superiores às normatizações sociais.

⁶⁵ Jornal do Comercio do Amazonas. O fim de um sabbat , 30-09-1917.

⁶⁶ Corrêa, Luiz Miranda. *O Nascimento de uma Cidade. (Manaus, 1890 a 1900)*. Manaus: Edições Governo do Estado do Am. 1966 , p. 62-63.

⁶⁷ Bretas, Marcos Luiz. *A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1997, p. 32.

⁶⁸ Boccioni, Umberto et alii, In *Futurist Manifestos*, p. 22. In: Berman, Marshall. *Obra cit.*, p.24.